



**PROCEDIMENTOS DE ESTUDO TEÓRICO-EMPÍRICO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA, COM FOCO NO FUNDO DE MANUTENÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE  
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO  
(FUNDEB)**

**PROCEDIMIENTOS DE ESTUDIO TEÓRICO-EMPÍRICO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMIENTO DE LA  
EDUCACIÓN BÁSICA, CON FOCO EN EL FONDO DE  
MANUTENCIÓN Y DESARROLLO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA  
Y VALORIZACIÓN DE LOS PROFESIONALES DE LA  
EDUCACIÓN (FUNDEB)**

**PROCEDURES OF THEORETICAL-EMPIRICAL STUDY OF  
PUBLIC POLICY OF FUNDING OF THE BASIC EDUCATION,  
WITH FOCUS ON THE BACKGROUND OF MAINTENANCE AND  
DEVELOPMENT OF BASIC EDUCATION AND VALUATION OF  
EDUCATION PROFESSIONAL (FUNDEB)**

Angela de Castro Correia Gomes  
Universidade Federal de Rondônia - Brasil  
E-mail: angelacastroc@unir.br

Rui Pereira Gomes  
Faculdades Integradas Norte Capixaba - Brasil  
E-mail: ruigomes3@hotmail.com

Eixo temático 3: Metodologias para a análise e pesquisa de Políticas  
Educativas

**Resumo:** Este texto trata dos aspectos metodológicos usados na pesquisa de políticas de financiamento da educação básica, enfatizando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Implantado em 2007 e consolidado em 2009, constitui-se de receitas de impostos arrecadados em âmbito municipal, estadual e federal. A gestão dos recursos deve obedecer ao aparato legal que o instituiu e atingir exclusivamente a educação básica. O marco teórico envolveu uma apreensão sobre a gestão burocrática no contexto da administração pública e a importância da gestão democrática com bases participativas na educação, particularmente na gestão dos recursos públicos educacionais; uma discussão sobre as políticas públicas de financiamento da educação básica, destacando o FUNDEB, com consultas à legislação brasileira sobre a responsabilidade governamental e a competência financeira dos entes federativos. Optou-se pela pesquisa qualitativa, com suporte da pesquisa quantitativa, considerando tratar-se de um Fundo contábil abrangendo,



particularmente: número de matrículas, composição de receitas por meio de impostos e realização de despesas. A metodologia utilizada envolveu, ainda, a busca de documentos que proporcionassem uma análise da legislação brasileira que versa sobre a educação básica, particularmente a de responsabilidade municipal, e o FUNDEB, sobretudo relatórios contábeis disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, RO, Brasil, e dados de pesquisa de campo no município.

**Palavras-chave:** Educação básica. Financiamento da educação básica. FUNDEB. Gestão burocrática e democrática.

**Resumen:** Este artículo trata de los aspectos metodológicos utilizados en la investigación de las políticas de financiación de la educación básica, con énfasis en el Fondo de Manutención y Desarrollo de la Educación Básica y Valorización de los Profesionales de la Educación (FUNDEB). Implementado en 2007, se consolidó en 2009 y se compone de los ingresos fiscales recaudados en los niveles municipal, estatal y federal. La gestión de los recursos debe obedecer al aparato legal que lo instituyó y lograr exclusivamente la educación básica. El marco teórico implicó una aprensión sobre la gestión burocrática en el contexto de la administración pública y la importancia de la gestión democrática con bases participativas en la educación, particularmente en la gestión de los recursos públicos educacionales; una discusión sobre las políticas públicas de financiación de la educación básica, destacando el FUNDEB, con consultas a la legislación brasileña sobre la responsabilidad del gobierno y la competencia financiera de las entidades federativas. Optamos por la investigación cualitativa, apoyada por la investigación cuantitativa, considerando que se trata de un fondo contable, incluyendo, en particular: número de inscripciones, composición de los ingresos a través de impuestos y gastos realizados. La metodología también implicó la búsqueda de documentos que proporcionase un análisis de la legislación brasileña que se ocupa de la educación básica, sobre todo municipal, y el FUNDEB, especialmente los informes financieros disponibilizados por la Ayuntamiento de Guajará-Mirim, RO, Brasil, y los datos de la investigación de campo en la ciudad.

**Palabras clave:** Educación básica. Financiación de la educación básica. FUNDEB. Gestión burocrática y democrática.

**Abstract:** This paper refers to the methodological aspects used in the research on the policy of basic education financing, emphasizing the Fund for Maintenance and Development of Basic Education and Valuation of Education Professionals (FUNDEB). It was launched in 2007 and consolidated in 2009, and it consists of tax revenues collected at the municipal, state and federal spheres. The management of resources must be in accordance with the legal apparatus which institute it and achieve exclusively basic education. The theoretical framework involved a seizure on bureaucratic management in the context of public administration and the importance of democratic management with participative bases in education, particularly in the management of public educational resources; a discussion of the public policy of financing basic education, highlighting FUNDEB with queries to the Brazilian legislation on government accountability and financial responsibility of the federal entities. We opted for qualitative research, with quantitative research support, considering that it was an accounting Fund, particularly including: number of enrollments, composition of revenue through taxes and incur expenses. The methodology also involved the search for documents that provided an analysis of Brazilian legislation that deals with basic education, particularly of municipal responsibility, and FUNDEB, especially financial



reports provided by the city hall of Guajará - Mirim, RO, Brazil, and data from fieldwork in the city.

**Keywords:** Basic education. Education funding. Bureaucratic and democratic management.

## Introdução

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), enquanto política de financiamento aplicada à educação básica, foi criado pela Emenda constitucional 53, de 06 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Terá duração de 14 anos, a partir de janeiro de 2007, e é uma política voltada para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos.

Na atualidade, em cada estado brasileiro, o FUNDEB é composto por valores percentuais (20%) das seguintes receitas: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp), Desoneração das Exportações (LC nº 87/96), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios. Ainda fazem parte de sua composição as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima listadas.

Ao ser composto em cada estado e no Distrito Federal, a partir da arrecadação e do repasse pela União de parte dos recursos que compõem o Fundo, é estimado o valor-aluno mínimo considerando o número de matrículas na educação básica do censo realizado no ano imediatamente anterior, em cada ente federativo, podendo ser inserido na contagem o número de alunos de escolas conveniadas que ofertam a educação infantil em creche e pré-escola e as de educação especial.

Quando o valor aluno estimado em cada estado fica menor que o estipulado em nível nacional, a União complementa o Fundo para que cada



estado brasileiro trabalhe com no mínimo o valor-aluno mínimo definido nacionalmente, divulgado por meio de portarias, anualmente.

Nesse contexto, passa-se a descrever a forma dos procedimentos adotados para a coleta de dados, referente a uma política que, na atualidade, mantém e sustenta a maior parte das despesas e investimentos realizados na educação básica do país, envolvendo tanto dados documentais como a pesquisa de campo realizada em Guajará-Mirim, Rondônia.

A referida pesquisa teve como objetivo identificar, a partir do processo de gestão do FUNDEB, quais interferências causou na educação sob responsabilidade do município de Guajará-Mirim/RO, no período de 2007 a 2010; e como questão central, buscou saber como o FUNDEB, enquanto política pública brasileira voltada à educação básica, implantado em 2007/2009, foi gerido até 2010, no município supra citado.

A pesquisa envolveu a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da Prefeitura, e os participantes da pesquisa de campo foram os gestores (prefeito, secretário(a) de educação), diretores de escolas, membros do conselho do FUNDEB e representantes das associações de pais e professores (APPs).

### **Procedimentos adotados na pesquisa**

A pesquisa, seja ela baseada em bibliografias, documentos ou de campo, tem como premissas a busca de determinado conhecimento, desvendar algo desconhecido, responder a uma indagação designada como problema; desse modo, necessita de um método, ou seja, como afirma Gil (1999, p. 26), de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” para viabilizar sua concretização prática, alcançar o objetivo ou fim desejado, traçar um caminho a ser seguido.

Para a construção do texto, optou-se pela abordagem qualitativa, tendo em vista a possibilidade de congregar diferentes estratégias de pesquisa, incluindo o tratamento descritivo, detalhado e de certa complexidade estatística dos dados numéricos, pois muitas vezes os dados quantitativos são arrolados



na escrita qualitativa sob o formato de estatística descritiva, ou seja, são coletados, interpretados e analisados de forma crítica, indicando como o processo de contagem se realiza.

As características da abordagem qualitativa, descritas e relacionadas a esta pesquisa, tiveram suporte em Bogdan e Biklen (1994) e envolveram os dados do FUNDEB em Guajará-Mirim e a sua gestão; pesquisa de campo junto às escolas e à Secretaria Municipal de Educação; a descrição dos dados de documentos como os oficiais, os do questionário e os da entrevista, sendo a realização desta por meio de gravador e devidamente autorizada por cada participante através de um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*.

### *Os caminhos da pesquisa documental*

Os procedimentos de coleta de dados sobre o FUNDEB, por contemplar o início de sua implantação, no ano de 2007, e abrangendo mais três anos subsequentes (2008, 2009 e 2010), foram aplicados simultaneamente a cada alteração ou evento relacionado ao Fundo, salientando que abrangeu não apenas documentos com os dados relacionados ao município, como ainda ao estado de Rondônia e ao país.

As etapas ou fases de coleta e procedimentos de análise do conteúdo dos textos (documentos do Ministério da Educação - MEC, de outros órgãos governamentais e da Prefeitura) foram as recomendadas por Chizzotti (2006).

A **primeira fase** se constituiu na decisão sobre os tipos de documentos que seriam coletados, o que foi realizado na medida em que houve necessidade e/ou conhecimento sobre os mesmos. Assim, ocorreu num processo contínuo, envolvendo dados do período previamente demarcado – de 2007 a 2010, incluindo, quando disponibilizados, certos dados de 2011.

Salienta-se que nem sempre os documentos, particularmente portarias e resoluções, foram capturados diretamente no sítio do Ministério da Educação, mas em outros sítios, como o da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e de outros órgãos governamentais responsáveis pela divulgação de dados oficiais relacionados à educação, ao Fundo ou às finanças públicas.



Desse modo, a pesquisa teve como fonte de dados secundários diferentes sítios, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pelo governo federal, responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação, que publica, inclusive, portarias do MEC; a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão da administração pública direta vinculado à Secretaria da Fazenda, dentre outras funções, responsável pela administração financeira e a contabilidade do governo federal; o sítio governamental da Presidência da República (Planalto), em se tratando, por exemplo, das Leis e Medidas Provisórias; a Controladoria Geral da União (CGU), que atua como órgão central do Poder Executivo Federal para as funções de controle interno e correição e que divulga a Prestação de Contas da Presidência da República; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que publica a legislação pertinente ao governo federal como Leis, Decretos, Medidas Provisórias, Projetos de Leis e outros documentos, conforme os exemplos a seguir descritos.

1. Documentos gerais que versam sobre a Educação Básica:
  - a) Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988.
  - b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394 de 1996.
  - c) Plano de Desenvolvimento da escola PDE-Escola.
  - d) Plano Nacional de Educação para o decênio 2000-2010.
  - e) Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.
  
2. Documentos do MEC que tratam ou estão diretamente relacionados ao FUNDEB:
  - a) Portarias Ministeriais, determinando e/ou divulgando:
    - A data de referência das informações declaradas ao Censo Escolar da Educação Básica.
    - O demonstrativo final da distribuição dos recursos do Fundo relativos ao exercício de cada ano.



- b) Portarias Ministeriais Normativas, determinando e/ou divulgando:
  - A especificação das ponderações entre diferentes etapas, modalidades e estabelecimentos de ensino, a serem seguidas em cada ano, no âmbito do FUNDEB.
- c) Cartilha do FUNDEB, com dados sobre a sua origem, objetivos, composição, cálculos e orientações gerais sobre a aplicação dos recursos.

### 3. Documentos conjuntos dos Ministérios da Educação e da Fazenda

- a) Portarias Interministeriais, determinando e/ou divulgando:
  - Os parâmetros anuais de operacionalização do FUNDEB para o exercício de cada ano: valor anual por aluno, estimado no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo, no decorrer de cada ano. Por tratar-se da divulgação de valores oriundos de receitas e de quantitativos de alunos, ocorreu e ainda pode ocorrer a publicação de mais de uma portaria num ano, atualizando os dados, o que exige do pesquisador atenção e também constante atualização da legislação, considerando que a nova portaria revoga a imediatamente anterior e redefine e publica novos dados.
  - O cronograma de repasses da complementação da União ao FUNDEB, documento este que também pode ser redefinido durante cada ano.

### 4. Documentos do FNDE ([www.fnde.gov.br/](http://www.fnde.gov.br/))

- a) Portarias do FNDE estabelecendo e/ou divulgando:
  - Os procedimentos e orientações sobre a criação, composição, funcionamento e cadastramento dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, de âmbito Federal, Estadual, Distrital e Municipal, documento este que



pode ser revogado e substituído por outro, no decorrer de cada ano.

- As matrículas da educação básica, estimativa da receita anual e coeficientes de distribuição dos recursos, no decorrer de cada ano, prevista por estado e município.

b) Manual de orientação do FUNDEB.

5. Documentos e publicações da STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)):

a) Portarias estabelecendo e/ou divulgando:

- A distribuição dos recursos do FUNDEB via Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

b) Boletins do FUNDEB contendo o valor do repasse (mensal e acumulado no ano) para cada estado, por tipo de imposto; os percentuais de distribuição a cada estado e ao conjunto de seus municípios; os percentuais da parcela com origem nas transferências da União e os de transferências com origem nos tributos estaduais.

c) Valores dos repasses das transferências constitucionais por estado e por município.

6. Documentos da Presidência da República divulgados no sítio “[www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao)”:

a) Decretos com definição e divulgação dos parâmetros de operacionalização do FUNDEB, para o exercício de cada ano.

b) Lei de regulamentação do FUNDEB

7. Documentos divulgados no sítio do INEP ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)):

a) Sistema de consulta de matrícula do censo escolar da educação básica.

b) Sinopses estatísticas da educação básica.



8. Documentos específicos da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim que tratam da educação sob responsabilidade municipal:

- a) Decretos de nomeação de secretários municipais de educação.
- b) Plano Municipal de Educação.
- c) Indicadores de Gestão para Escola Ideal – Relatório Escolar.
- d) Indicadores de Gestão para Escola Ideal – Relatório Municipal.
- e) Planejamento Estratégico da Prefeitura, período de 2009-2012.
- f) Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guajará-Mirim.
- g) Lei 887-GAB.PREF/2002, que dispõe sobre a atualização do Plano de Cargo, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública Municipal.
- h) Alteração da Lei 1.009-GAB.PREF/2007, que trata da reestruturação da SEMED.
- i) Matrículas das escolas municipais: educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

9. Documentos da Prefeitura que tratam do FUNDEB:

- a) Anexo 10 - relatórios anuais de comparação da receita orçada com a arrecadada, dos anos 2007-2010.
- b) Anexo 11 - relatórios anuais de comparação da despesa prevista no orçamento com a despesa efetivamente executada, dos anos de 2007-2010.
- c) Relatórios gerenciais da contabilidade da SEMED.
- d) Relatórios de receitas e despesa da SEMED do período de estudo.
- e) Documentos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

10. Documentos de Conselhos

- a) Atas de reuniões do Conselho do FUNDEB
- b) Atas de reuniões do Conselho Municipal de Educação.



A importância destes documentos no processo de pesquisa decorre do fato de fornecerem dados interessantes sobre como os assuntos são conduzidos nas reuniões, possibilitando fazer inferências inclusive sobre eventuais problemas educacionais enfrentados, particularmente os inerentes aos recursos.

### *Os caminhos da pesquisa de campo*

A pesquisa de campo envolveu a coleta de dados junto à população alvo, por meio da entrevista semi-estruturada, uma técnica que permite obter dados descritivos na linguagem dos próprios respondentes e compará-los, além de um questionário de suporte, com opção de resposta fechada e de múltipla escolha sobre as dimensões burocráticas e a presença ou não de cada uma na gestão da educação pública municipal, aplicado junto às escolas - quatro diretores e respectivos presidentes das Associações de Pais e Professores (APPs) nas mesmas escolas – e ao conselho do FUNDEB – a dois conselheiros sorteados.

Entendeu-se que a entrevista semi-estruturada, com a presença de um guia previamente estruturado, garantiria que os participantes respondessem as questões comuns a todos e facilitaria a adaptação das questões diferenciadas, dado o caráter diversificado da amostra.

As questões da entrevista foram formuladas observando os seguintes aspectos sobre a gestão do Fundo: percepção sobre a relevância do Fundo e os investimentos realizados para melhoria da educação municipal, e sobre a participação social no processo decisório da SEMED a propósito da condução dos recursos públicos. Alguns questionamentos foram comuns a todos os entrevistados e outros foram formulados levando em conta a relação de cada um com a educação municipal e o Fundo.

Tanto para coletar os dados documentais da prefeitura como para proceder às entrevistas, foram realizados contatos formais, com pedido de autorização através de requerimento, tanto ao Prefeito empossado em 2009 como ao anterior (em exercício de 2005 a 2008), quando das visitas no local.



Durante todo o período da pesquisa, que ocorreu de 2008 a 2011, foram realizados contatos diretamente com os prefeitos e com as secretárias de educação (total de três durante a pesquisa), no sentido de explicar os objetivos do estudo, solicitar autorização para acesso a documentos e para realizar a pesquisa de campo. A intermitência de secretários à frente da SEMED provocou barreiras quanto à coleta de dados, pois a cada retorno no local repetia-se todo o processo para que o novo gestor obtivesse conhecimento do evento.

Após o sorteio das escolas, e conseqüentemente, dos diretores e presidentes de APPs que seriam entrevistados, foi enviada a listagem para a Secretaria Municipal de Educação, em torno de 30 dias de antecedência, para que entrassem em contato com cada escola, para agendar (dia, hora e local) as entrevistas, as quais ocorreram no mês de fevereiro de 2011. Foi dada liberdade para que os entrevistados escolhessem o melhor local, sendo a maioria das entrevistas realizadas diretamente nas escolas.

As entrevistas com os gestores da educação municipal e com um dos representantes do Conselho do FUNDEB foram realizadas em espaços da Prefeitura Municipal, e a entrevista junto ao segundo representante do referido Conselho foi realizada em seu local de trabalho.

Todos os respondentes receberam, no ato da entrevista, informações sobre a pesquisadora e a tese como: título, objetivos, participantes envolvidos, ocasião em que também se falou da relevância do estudo para o município e a importância da participação de cada um, tanto verbalmente como através do documento *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, assinado em duas vias, permanecendo uma com a pesquisadora e outra com o entrevistado. Nesse documento ficou garantido o total sigilo da identidade de cada um. Por isso, as escolas e os entrevistados receberam, na análise dos dados, um código de identificação, inclusive seus cargos ou funções foram omitidos, por também se constituírem meio de identificação.

O processo de escolha dos entrevistados considerou a relação de cada um com o FUNDEB: os gestores são corresponsáveis diretos, particularmente pela execução orçamentária; os integrantes do CAC no município procedem ao



controle e acompanhamento da gestão do Fundo, abrangendo a distribuição, transferência e a aplicação dos recursos; os diretores de escolas e presidentes de APPs se constituem pessoas-chave no processo de tomada de decisão e de implementação de ações na escola, e por isso com maior acompanhamento do que chega até a escola, incluindo-se os investimentos realizados com os recursos disponibilizados para a educação municipal, compreendendo o FUNDEB.

Considerando a questão da preservação da identidade dos que participaram da pesquisa, foram estabelecidos códigos de identificação de cada respondente, usando letras e números em ordem crescente, visando quantificar quantos deles responderam ao questionamento, conforme a seguir:

- RGEM: representante da gestão da educação municipal (dois)
- RCF: representante do Conselho do FUNDEB (dois)
- RDE: representante da direção da escola (quatro)
- RAPP: representante da Associação de Pais e Professores (quatro)

O início das entrevistas envolveu uma conversa preliminar, visando deixar os entrevistados mais seguros e cientes da importância da participação no processo, o que facilitou o consentimento de cada um em participar. Imediatamente após as explicações e o consentimento (ao assinarem o Termo supra citado), procederam-se aos questionamentos, que foram gravados conjuntamente com as respostas.

No decorrer das entrevistas foram sanadas dúvidas de entendimento, quando sentiram necessidade, antes de respondê-las, fato esse possível justamente dada a flexibilidade e a liberdade que se tem ao utilizar a entrevista semi-estruturada. Embora tenha sido realizado pré-teste em uma escola, as perguntas foram consideradas claras, mesmo quando algumas exigiam respostas complexas.

Notou-se, em se tratando do FUNDEB, que os respondentes das escolas (diretores e presidentes das APPs) conheciam sobre o Fundo de “ouvir falar” e por isso foram imprescindíveis breves esclarecimentos sobre o mesmo (o que é, como se constitui, a que se destina e quem gerencia). Sobre a relação da



burocracia com a democracia, não somente nas escolas, como a outros entrevistados, foi preciso tecer comentários sobre `burocracia`, pois a noção que tinham, que é a do senso comum, era de “algo que atrapalha”. Assim, utilizou-se uma parte do tempo, em cada entrevista, para esclarecimentos das questões, o que fez com que variassem de 30 a 60 minutos.

Assim, quanto às questões, a forma de perguntá-las variou, sem perder sua essência e os dados requeridos, observando o grau de entendimento, a singularidade e a relação do entrevistado com a educação municipal. Buscou-se transformar a entrevista muito mais um diálogo que simplesmente indagações; inclusive, o momento da gravação em si foi considerado uma primeira aproximação real ao pensamento de cada entrevistado, pois cada palavra foi ouvida atentamente e observada até mesmo a maneira como cada um se comportou na ocasião; assim, quando foi percebido que o gravador incomodava, procurou-se tirar a atenção do entrevistado do instrumento, fazendo-o desviar a atenção para a pesquisadora e as questões indagadas.

As gravações foram salvas em formato de arquivo de áudio digital, no computador da pesquisadora, ouvidas pouco a pouco e por várias vezes, de forma a entender todas as palavras, transcrevê-las da maneira mas próxima ao discurso original, particularmente para não perder a forma da expressão da fala de cada respondente.

Houve dificuldade em obter dados documentais sobre os professores e a estruturação física e de materiais e equipamentos das escolas junto à SEMED, pois não havia um banco de dados sobre a educação e a situação das escolas, desse modo, três meses antes do início da pesquisa empírica foram enviados dois questionários para serem preenchidos em cada escola, configurando-se, desse modo, em pesquisa de campo. Esses instrumentos foram devolvidos, aos poucos, pelas escolas à SEMED (de 11 escolas urbanas e três rurais), que por sua vez os entregou à pesquisadora, alguns diretamente e outros via correios, num período de até dez meses.

As escolas rurais, em sua maioria, ficam distantes da área urbana. Em alguns casos o acesso envolve percurso de carro, em estrada de chão, a pé e de barco. Assim, devido à impossibilidade de contato com professores



daquelas escolas em tempo hábil, por causa da distância geográfica, o instrumento foi distribuído pela secretaria nas escolas urbanas e em algumas rurais mais próximas, sendo até justificado à pesquisadora que nestas escolas não havia arquivos e nem os itens de estruturação física e de materiais e equipamentos discriminados no questionário, uma realidade extensiva às demais.

Houve dificuldade em coletar os dados nas escolas, pois alegavam envolvimento nas formalizações de final de ano (avaliações, fechamento do ano e outras) e, posteriormente, após as férias, com as matrículas e com os dados de rendimento escolar para o Censo, justificativa essa que se estendeu, principalmente, às escolas urbanas, quanto à questão da disponibilidade de tempo para preenchimento do questionário da escola.

Desse modo, quando a pesquisadora se deslocava para o município em busca de dados, normalmente em períodos de final e início de ano, o que coincidia com o calendário escolar, as escolas dispunham de pouco tempo para atender as solicitações.

Consideradas uma série de atributos ou valores indispensáveis à compreensão de um fato ou de um fenômeno que está sendo questionado, as *variáveis*<sup>1</sup> do estudo abrangeram:

1) Prefeitura e órgão gestor da educação no município: dados de receitas e despesas (análise quantitativa e qualitativa) e de política de gestão (análise qualitativa).

- Prefeito e Secretário(a) de Educação: dados sobre a) a identificação pessoal e profissional, b) o processo de tomada de decisão/gestão, c) os indicadores de qualidade para a educação municipal (análise qualitativa);

- Diretores das escolas: dados sobre a) a identificação pessoal e profissional, b) a instrumentalização de suporte ao processo ensino-aprendizagem, c) o processo de tomada de decisão/gestão e a relação com a SEMED, d) os indicadores de qualidade para a educação municipal (análise qualitativa);

---

<sup>1</sup> Representam as “propriedades que os indivíduos possuem para caracterizá-los e que podem tomar diferentes valores” (RUDIO, 1986, p. 70).



- Escolas: dados de 2007 a 2010 sobre: estrutura dos prédios, equipamentos, acervo bibliográfico e mobiliário diverso; o número de alunos: etapas, matrículas, índices de aprovação, reprovação e abandono; dados do quantitativo de professores e formação (análise quantitativa e qualitativa).

2) Membros do Conselho do FUNDEB: dados sobre: a) a identificação pessoal e profissional, b) de preparação e de atuação junto ao conselho, c) os indicadores de qualidade para a educação municipal (análise qualitativa);

3) Representantes das associações de pais e professores (APPs): dados sobre: a) a identificação pessoal e profissional, b) o processo de tomada de decisão/gestão, c) os indicadores de qualidade para a educação municipal (análise qualitativa).

Desse modo, a *população* alvo desse estudo foi constituída de um prefeito municipal, um secretário de educação, dez escolas urbanas e quatro rurais, e nove componentes titulares do Conselho do FUNDEB.

No momento da pesquisa foram identificadas doze escolas rurais em funcionamento, entretanto, foi percebido que a maioria atendia um número reduzido de alunos, como por exemplo: 3 a 6. Devido à similaridade da estrutura física, decidiu-se adotar um processo de exclusão de determinadas escolas. Foi tirada a média simples: somou-se o total de alunos, dividiu-se pelo número de escolas e foi encontrada a quantidade de 34 alunos/escola. Dessa maneira, as que apresentaram o número de alunos menor que o valor encontrado foram excluídas da *população* alvo de estudo, permanecendo quatro escolas.

Quanto à *amostra*, foi constituída dos gestores da educação municipal (Prefeito e Secretária), e em relação às escolas e ao Conselho foi calculada, proporcionalmente, em 25% do total, resultando em três escolas urbanas e uma rural (envolvendo, portanto, 4 diretores e 4 presidentes de APPs), e dois representantes do Conselho. A escolha das escolas, após o processo de exclusão, foi aleatória, de forma que cada uma tivesse a probabilidade de ser eleita; com isso, automaticamente, ao ser sorteada a escola, o diretor e o/a presidente da APP da mesma se constituíram parte da amostra. A seleção dos conselheiros do FUNDEB também foi aleatória e realizada por sorteio.



A **segunda fase** abrangeu a definição dos objetivos buscados na verificação dos textos, seja nos documentos supra citados seja na entrevista aplicada, considerando o objetivo e o problema principal de pesquisa, envolvendo a política de financiamento da Educação Básica FUNDEB e a gestão do Fundo no município de Guajará-Mirim, de 2007 a 2010.

A **terceira fase** foi da análise descritiva dos textos como: (a) definição de três principais categorias de assunto: (a.1) descrição da educação básica sob responsabilidade do município; (a.2) a política pública – FUNDEB; e (a.3) a gestão da política (considerando aspectos burocráticos e democráticos); (b) unidade de análise – presença ou não de opinião e palavras significativas; (c) unidade de registro de frases com significação; (d) unidades de numeração como frequência; (e) indicadores como números e porcentagens;

A **quarta fase** foi de análise e interpretação dos dados, considerando o objetivo da pesquisa. Visando facilitar esta fase (particularmente das respostas dos entrevistados), foi elaborado um processo de *codificação*<sup>2</sup>, para categorizar os dados que se relacionavam, através de classificação por categoria, e *tabulação*, que consistiu na demonstração dos dados em tabelas e quadros, de forma sintética, principalmente dos dados quantitativos, permitindo a representação gráfica e o cruzamento entre eles.

A modalidade de análise e interpretação de dados da pesquisa de campo e documental foi a análise de conteúdo; segundo Chizzotti (2006), trata de documentos transformados em textos, que foram lidos e interpretados e, conforme Bardin (2009, p. 36), trabalha com mensagens (comunicação), que podem ser oriundas do domínio linguístico como, oral (entrevistas e conversas de qualquer espécie, exposições, discursos, televisão, etc.) e escrito (cartas, trabalhos escolares, comunicações escritas num contexto organizacional, ordens de serviço, anúncios, cartazes, textos jurídicos, etc.); originárias do domínio icônico: sinais, imagens, filmes, fotografias, etc., e de códigos

---

<sup>2</sup> Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 221), à medida que o investigador qualitativo “vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem os acontecimentos” elabora as categorias de codificação.



semióticos como, música, comportamento (posturas, gestos), sinais patológicos (tiques) e outros.

O sentido dado ao texto foi extraído de unidades elementares dos documentos e transcrição das entrevistas, onde se destacou palavras-chave, léxicos<sup>3</sup>, termos específicos, e se buscou identificar a frequência ou constância dessas unidades para fazer ilação e obter os significados inscritos no texto, assim como também estabelecer associações importantes referentes ao sentido expresso nas mensagens e descrevê-las pois, conforme Bardin (2009), o *tratamento descritivo* se configura como a fase inicial do procedimento, embora não seja o único objetivo da análise de conteúdo, que tem como intermediação a *inferência*, que tanto pode recorrer ou não a indicadores (dados quantitativos), finalizando com a *interpretação*, que se constitui na significação (dedução lógica) dada às características.

Para a análise dos dados numéricos utilizaram-se dados estatísticos, ou seja, de cunho quantitativo, considerando que a pesquisa partiu de uma perspectiva de abordagem que extrapolasse a mera descrição e representação numérica de receitas e despesas decorrentes do FUNDEB, do quantitativo de alunos, da situação financeira socioeconômica e educacional do município e outras.

### **Considerações finais**

Um estudo envolvendo dados quantitativos e qualitativos requer atenção especial em sua construção para que se complementem e proporcionem informações importantes sobre o objeto estudado.

Pesquisar sobre políticas públicas, particularmente voltadas para a educação, requer observação constante da atualização da legislação, o que remete a busca de conhecimento sobre as diversas ferramentas disponíveis para a busca dos dados.

---

<sup>3</sup> Conjunto de palavras expressas oralmente ou por escrito.



Sítios governamentais são importantes fontes de pesquisa, pois se constituem bancos de dados virtuais interessantes e importantes para o pesquisador, por condensarem informações de diferentes localidades e regiões, possibilitando àquele generalizar determinados dados primários de sua pesquisa de campo, ao confrontá-los com os dados secundários disponibilizados nos sítios.

A pesquisa de campo possibilita capturar o pensamento crítico de quem atua na educação, quando há esclarecimento sobre o assunto pesquisado e sobre a importância da participação do entrevistado no processo, e ainda, quando é dada segurança ao respondente e garantido o sigilo de sua participação, seja pessoal seja como agente público.

A pesquisa documental realizada em repartições públicas apresenta, por vezes, dificuldades no sentido de acesso às informações, pois pode ocorrer falta de interesse de agentes públicos em fornecer os documentos solicitados, o que contribui para prejudicar o alcance dos objetivos propostos na pesquisa.

No que se refere à leitura e interpretação de dados financeiros e contábeis, em decorrência do alto grau de tecnicismo existente nos demonstrativos, que, via de regra, são interpretados por profissionais que operacionalizam os sistemas que fornecem tais relatórios, exigem do titular de uma pesquisa com essas características, como as contidas nesse trabalho, que trata do financiamento da educação, recorrer à ajuda de profissionais, normalmente funcionários dos setores próprios, no sentido de interpretar os dados contidos nos documentos, fato que pode contribuir para o atraso do cronograma de finalização da pesquisa.

### Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BEETHAM, D. **A burocracia**. Lisboa: Estampa, 1988.

BOGDAN R. C.; BIKLEN S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed., 1994.



BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007.** Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para o exercício de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-010/2007/Decreto/D6091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2007/Decreto/D6091.htm)>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto lei nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-010/2007/Decreto/D6253.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2007/Decreto/D6253.htm)>. Acesso em: 6 dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm)>. Acesso em: 15 set. 2011.

BRASIL. **Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.** Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/diversos/lc\\_087.htm](http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/diversos/lc_087.htm)>. Acesso em: 5 jan. 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 5 dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2010.



BRASIL. **Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: FUNDEB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm)>. Acesso em: 5 dez. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006.** Regulamenta o art. 60 do ato das disposições constitucionais transitórias e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Mpv/339.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/339.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – MEC/FNDE. Controladoria Geral da União: Secretaria Federal de Controle Interno. **Gestão de recursos federais:** manual para os agentes municipais. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Informações sobre salários e escolaridade dos professores e comparativo com não-professores.** Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task)>. Acesso em: 25 set. 2011.

BRASIL. Educação. Professores e diretores. **Piso salarial de professores.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/indec.php?option=com\\_content&view=Article=16373:piso-do-magisterio-sera-reajustado-em-1585-e-subira-para-r-1187&catid=372&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/indec.php?option=com_content&view=Article=16373:piso-do-magisterio-sera-reajustado-em-1585-e-subira-para-r-1187&catid=372&Itemid=86)>. Acesso em: 5 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRASIL. **Número de alunos na educação básica supera os 52 milhões.** Brasília, 30 nov. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14718](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14718)>. Acesso em: 13 fev. 2011.



BRASIL. Ministério da Educação. **PNE - Plano Nacional de Educação para o decênio 2000-2010.** Brasília 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

BRASIL. **PNE - Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.** Brasília 2010. Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pne\\_projeto\\_lei1.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pne_projeto_lei1.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 264, de 26 de março de 2007.** Disponível em: <[www.abruc.org.br/sites/500/516/00000345.doc](http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00000345.doc)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BRASIL. **Portaria normativa nº 41, de 27 de dezembro de 2007.** Divulga a especificação das ponderações entre diferentes etapas, modalidades e estabelecimentos de ensino, a serem seguidas em 2008, no âmbito do FUNDEB. Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/4poligruposadur/gtpe/portaria41\\_27\\_12\\_07htm](http://www.adur-rj.org.br/4poligruposadur/gtpe/portaria41_27_12_07htm)>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portaria interministerial nº 1.030, de 6 de novembro de 2007.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?ild=33920>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 932, de 30 de julho de 2008.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?ild=33920>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 1.027, de 19 de agosto de 2008.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?ild=33920>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 777, de 10 de agosto de 2009.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?ild=33920>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 788, de 14 de agosto de 2009.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?ild=33920>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 1.227, de 28 de dezembro de 2009.** Disponível em: <[www.fnede.gov.br/index...porministerialn122728122009/download](http://www.fnede.gov.br/index...porministerialn122728122009/download)>. Acesso em: 20 mar. 2011.



BRASIL. **Portaria interministerial nº 538-A, de 26 de abril de 2010.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?ild=33920>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria interministerial nº 873, de 1º de julho de 2010.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?ild=33920>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 477 de 28 de abril de 2011.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-legislacao>>. Acesso em: 30 maio 2011.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 788, de 28 de abril de 2011.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/documento.asp?ild=33920>>. Acesso em: 30 maio 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Impacto da Lei do Piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica nas finanças municipais.** Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/Educacao/IMPACTODALEIDOPISOSALARIALNASFINANCASMUNICIPAIS.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Em nove estados, salário de professor é inferior ao piso.** Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/clipping/cnte-na-midia/9117-em-nove-estados-salario-de-professor-e-inferior-ao-piso->>. Acesso em: 14 out. 2011.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Prestação de Contas do Presidente da República.** Brasília, 1998-2006. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/index.asp>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

FNDE. **Financiamento da Educação – Fundeb:** dados estatísticos. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-dados-estatisticos>>. Acesso em: 14 fev. 2011.



FNDE. **FUNDEB**: manual de orientação 2008. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-publicacoes>>. Acesso em: 4 mar. 2010a.

FNDE. **Salário Educação**. Entendendo o Salário Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-salarioeducacao>>. Acesso em: 10 ago. 2010b.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUAJARÁ-MIRIM. Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEF/FUNDEB. **Atas de reunião de 2005-2010**. Livro 1, p. 1-55.

GUAJARÁ-MIRIM. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação 2010-2020**. Guajará-Mirim, RO, 2010.

GUAJARÁ-MIRIM. **Relatório circunstanciado das atividades econômicas e financeiras de 2008**. Guajará-Mirim, 31 dez. 2008.

GUAJARÁ-MIRIM. Gabinete do Prefeito. **Lei nº 1259/GAB.PREF./08**. Autoriza o poder executivo a instituir o Programa de Apoio Financeiro Municipal (PROAFIM) às unidades escolares urbanas e distritais da rede municipal de ensino e dá outras providências. Guajará-Mirim, 01 abr. 2008.

GUAJARÁ-MIRIM. **Lei nº 1.192.GAB.PREF/07, de 30 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-conselho do FUNDEB. Guajará-Mirim, RO, 30 abr. 2007.

GUAJARÁ-MIRIM. **Decreto nº 2831, de 19 de janeiro de 2005**. Aprova os procedimentos de tramitação de Processos e demais procedimentos administrativos de estímulos com vistas à realização de despesas no âmbito da prefeitura do município de Guajará-Mirim e dá outras providências. Guajará-Mirim, 19 jan. 2005.

INEP. **Investimento público em educação. Indicadores financeiros educacionais**. Percentual do investimento total em relação ao PIB por nível de ensino. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: 19 abr. 2011a.

INEP. **Investimento público em educação. Indicadores financeiros educacionais**. Percentual do investimento direto em relação ao PIB *per capita*



por nível de ensino. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: 19 abr. 2011b.

INEP. **Sistema de consulta a matrícula do censo escolar: 1997/2010.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/matricula/default.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2011c.

INEP. Informações estatísticas. **Sinopses estatísticas da educação básica.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 5 mar. 2010.

INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2010.

INEP. **Educação básica.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

INEP. Pesquisa nacional qualidade na educação. Brasília, 2006. v. 2. Disponível em <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4071#>>. Acesso em: 15 out. 2008.

IPEADATA. **Contas nacionais.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 6 abr. 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2005.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Investimento de 7% do PIB em educação proposto no novo plano não é suficiente para cumprir metas.** 19 abr. 2011. Disponível em: <[http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?view=article&catid=48%3Asugestoes-de-pautas&id=1027%3Ainvestimento-de-7-do-pib-em-educacao-proposto-no-novo-plano-nao-e-suficiente-para-cumprir-metas&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=98](http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?view=article&catid=48%3Asugestoes-de-pautas&id=1027%3Ainvestimento-de-7-do-pib-em-educacao-proposto-no-novo-plano-nao-e-suficiente-para-cumprir-metas&format=pdf&option=com_content&Itemid=98)> Acesso em: 15 maio 2011.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO BANCO DO BRASIL. **Demonstrativo de distribuição da arrecadação.** Disponível em: <https://www17.bb.com.br/portalbb/djo/daf/Demonstrativo,802,4647,4652,12,1.bbx>. Acesso em: 5 ago. 2011.



STN. **Boletim FUNDEB/FUNDEF:** 1998-2010. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado\\_busca.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado_busca.asp)>. Acesso em: 20 fev. 2011.

STN. Estados e municípios. Transferências voluntárias. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_voluntarias.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp)>. Acesso em 10 ago. 2011.

STN. Glossário. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario\\_a.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp)>. Acesso em: 5 mar. 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Transferências governamentais constitucionais. TCU. Secretaria de Macroavaliação Governamental. Brasília: 2008. Disponível em: <<https://acessoseguro.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/852954.PDF>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (TCE-RO). Secretaria Geral de Controle Externo: Divisão Cartorária. Mandado de Audiência nº 975/TCER/2011. Porto Velho, 15 out. 2011, fls 1933-1944.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (TCE-RO). Secretaria Geral de Controle Externo. Diretoria Técnica de Controle Externo da 6ª Relatoria. Processo nº 2718/2009. Porto Velho, ago. 2009, fls 1881-1896.